

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.390.052 - RS
(2018/0286199-2)**

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADOS : CAMILA TICIANE ROSA MENDES - RS057166
IGOR HAMILTON MENDES - RS061815
FABRICIO ZIR BOTHOME E OUTRO(S) - RS044277
REGIS BIGOLIN - RS059575
AGRAVADO : PAULO ROBERTO GOMES HOFFMANN
ADVOGADOS : NORBERTO BARUFFALDI - RS007983
MATEUS MACHADO DE FREITAS E OUTRO(S) - RS104768
INTERES. : THEREZINHA ANTONIA ALVES

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CIVIL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC**. PREVIDÊNCIA PRIVADA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL DEVIDAMENTE IMPUNGADOS. DECISÃO RECONSIDERADA. ABONO DE DEDICAÇÃO INTEGRAL. INCIDÊNCIA SOBRE GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL E 13º SALÁRIO. EXCESSO DE EXECUÇÃO NÃO CONFIGURADO. CONJECTÁRIO LÓGICO DO TÍTULO EXECUTIVO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO RECONSIDERADA. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

THEREZINHA ANTONIA ALVES e PAULO ROBERTO GOMES HOFFMANN (THEREZINHA e PAULO) promoveram contra FUNDAÇÃO BANRISUL DE SEGURIDADE SOCIAL (BANRISUL), pleiteando o repasse para suas complementações de aposentadoria, do chamado Abono de Dedicção Integral pago aos funcionários da ativa (e-STJ, fls. 52/68).

A sentença julgou procedente o pedido nos seguintes termos:

Em face do exposto, julgo procedente a ação, para condenar a Fundação Banrisul a incorporar à complementação de aposentadoria dos autores o Abono de Dedicção Integral (ADI), bem como a pagar os valores em atraso, atualizados monetariamente pelo IGP-M, a contar do vencimento de cada parcela, e juros legais de 1% ao mês, desde a citação, sem prejuízo dos descontos devidos, excluídas as parcelas atingidas

pela prescrição quinquenal. Sucumbente, arcará a demandada com as custas do processo e a verba advocatícia, que fixo em 15% sobre o valor do débito (art. 20, §4º, do CPC) (e-STJ, fl. 134).

O TJRS negou provimento ao recurso de apelação que se seguiu (e-STJ, fls. 106/117).

Após o trânsito em julgado, TEREZINHA e PAULO requereram o cumprimento da sentença, pleiteando o recebimento de R\$ 186.802,10 (cento e oitenta e seis mil, oitocentos e dois reais de dez centavos) (e-STJ, fls. 118/123).

BANRISUL apresentou impugnação, alegando, em síntese, (1) ilegitimidade ativa de TEREZINHA que teria falecido antes da sentença sem que houvesse habilitação do espólio ou dos herdeiros; e (2) excesso de execução, porque (2.a) o título judicial transitado em julgado não previa o pagamento do Abono Dedicação Integral (ADI) no décimo terceiro salário, (2.b) referida verba, a partir de setembro de 2008, foi reajustada para 8,15%, e não para 10%, como calculado pelos exequentes; (2.c) os juros de mora deveriam incidir apenas a partir da citação e no importe de 1%; (2.d) deveria ser descontada da dívida a contribuição previdenciária dos assistidos, no percentual de 8%; e (2.e) também deveria ser descontado do valor da dívida o aporte necessário à composição da reserva matemática que fará frente ao acréscimo da complementação previdenciária.

O magistrado de primeiro grau acolheu parcialmente a impugnação nos seguintes termos:

Isso posto, ACOLHO EM PARTE a impugnação à fase de cumprimento de sentença, para que, afastada a alegação de ilegitimidade passiva, a verba possa incidir no 13º salário, com juros de mora a partir da citação por todo o período na forma da sentença, bem como aumento de 8,15% a partir de setembro de 2008, sem previsão de reserva matemática. O desconto previdenciário deve incidir em 8%, como já efetuado pelos impugnados.

Custas da impugnação em 80% pela impugnante e 20% pelos impugnados.

Condeno a parte impugnada a pagar à impugnante honorários advocatícios de R\$ 1.000,00, corrigidos monetariamente pelo IGP-M FGV desde esta data até o efetivo pagamento, face ao julgamento do Recurso Especial n. 1.134.186 – RS (2009/0066241-9), com efeitos do art. 1036 do CPC.

Contra essa decisão, BANRISUL interpôs agravo de instrumento, alegando (1) julgamento *extra petita*, quanto à determinação de desconto previdenciário;

e (2) excesso de execução porque o título não contemplava a possibilidade de de incidência do ACA [sic] sobre o 13º salário.

O TJRS negou provimento ao agravo em acórdão que recebeu a seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ABONO DE DEDICAÇÃO INTEGRAL. REFLEXOS SOBRE O DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO.

Da inocorrência de sentença extra petita 1. No caso presente feito não restou caracterizado julgamento extra, pois a disposição judicial respeitou os limites da postulação da parte autora.

Dos reflexos da parcela reconhecida como devida 2. Tendo sido reconhecido o direito de a parte autora integrar em seu benefício previdenciário o abono de dedicação integral, o reflexo da verba no décimo terceiro salário e na gratificação semestral torna-se corolário lógico, sendo imperiosa a sua incidência, atendendo expressamente o título executivo judicial.

Afastada a preliminar suscitada e, no mérito, negado provimento ao agravo de instrumento (e-STJ, fls. 158/164).

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ, fls. 192/200).

Irresignada, BANRISUL interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da CF, sustentando violação dos arts. 128, 460, 467, 468 e 475-G, do CPC/73, porque o cálculo empregado para aferir o valor do novo benefício não observaria os limites da decisão judicial transitada em julgado. Destacou, nesse sentido, que não haveria previsão para incluir a rubrica abono de dedicação integral – ADI no décimo terceiro salário e na gratificação semestral. Ressaltou também que os funcionários da ativa não recebem referido adicional em sua gratificação natalina (e-STJ, fls. 210/221).

Apresentadas contrarrazões (e-STJ, fls. 242/249) o recurso não foi admitido na origem com fundamento na Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 252/259).

O agravo que se seguiu não foi conhecido por decisão monocrática de minha lavra que entendeu não der sido devidamente impugnada a incidência do óbice sumular em destaque.

Referida decisão ficou assim resumida:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AGRAVO QUE NÃO INFIRMA TODOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO

AGRAVADA. AGRAVO NÃO CONHECIDO (e-STJ, fls. 298)

No presente agravo interno, BANRISUL sustentou que houve efetiva impugnação à Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 305/323).

Não foi apresentada impugnação (e-STJ, fl. 326).

É o relatório.

DECIDO.

Inicialmente, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

Examinando as razões do agravo em recurso especial é possível verificar que, de fato, houve impugnação adequada à incidência da Súmula nº 7 do STJ.

Confira-se:

2 - DA INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 7 DO STJ.

Necessário o afastamento do óbice do Enunciado da Súmula nº 07/STJ, uma vez que inexistente matéria de fato ou de prova para reexame a ensejar o fundamento agravado de que:

[...]

Com efeito, não há dúvidas quanto à possibilidade de análise do pleito recursal apenas a partir das razões recursais e dos fundamentos lançados no acórdão recorrido. Portanto, não se pode obstar o trânsito do presente recurso com fundamento na Súmula 7, do STJ (e-STJ, fl. 265/266).

Nessas condições, **RECONSIDERO** a decisão agravada e, verificando a presença dos demais requisitos de admissibilidade, conheço do agravo e passo ao exame do recurso especial.

De acordo com a BANRISUL haveria excesso de execução, contrário aos arts. 128, 460, 467, 468 e 475-G, do CPC/73, porque o método empregado para calcular o valor do novo benefício não teria observado os limites da decisão judicial transitada em julgado. Destacou, a propósito, que não haveria previsão para incluir a rubrica abono de dedicação integral – ADI no décimo terceiro salário e na gratificação semestral. Ressaltou também que os funcionários da ativa não recebem referido adicional em sua gratificação natalina.

O TJRS a respeito do tema, entendeu que *tendo sido reconhecido o*

direito de a parte autora integrar em seu benefício previdenciário o abono de dedicação integral, o reflexo da verba no décimo terceiro salário torna-se corolário lógico, sendo imperiosa a sua incidência nas demais parcelas, atendendo expressamente o título executivo judicial (e-STJ, fl. 163).

A busca, pelo órgão julgador, da interpretação mais adequada ao título judicial, de acordo com os critérios nele próprio estabelecidos, não ofende a coisa julgada nem desborda os limites da lide.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. 1. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 2. INCIDÊNCIA DE GRATIFICAÇÃO SOBRE O AUXÍLIO-CESTA-ALIMENTAÇÃO. CABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À COISA JULGADA E DE EXORBITÂNCIA AOS LIMITES DA LIDE. INTERPRETAÇÃO ADEQUADA AO TÍTULO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

(...)

2. A jurisprudência desta Corte Superior dispõe no sentido de que a busca pela Corte julgadora da interpretação mais adequada ao título judicial, de acordo com os critérios nele próprio estabelecidos, não ofende a coisa julgada nem desborda os limites da lide. Na hipótese, a Corte a quo negou provimento ao agravo de instrumento lá interposto para, interpretando devidamente o título executivo judicial, manter a decisão de primeiro grau que determinou a implementação, pela executada, ora recorrente, do auxílio-cesta-alimentação na folha de pagamento do exequente, incidindo os reflexos dessa verba sobre o 13º salário e a gratificação semestral, pois são consectários da concessão daquele auxílio, ao qual foi conferida natureza de verba remuneratória, sendo dispensável tal previsão na decisão judicial transitado em julgado. Incidência da Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1371746/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, DJe 22/3/2019)

Além disso, se o Tribunal estadual concluiu que a ADI deveria incidir sobre o 13º salário e sobre a gratificação semestral como consectário lógico da constatação de que essas parcelas integram a base de cálculo da remuneração, somente uma nova incursão nos elementos de convicção dos autos permitiria a revisão dessa conclusão, procedimento, no entanto, vedado em recurso especial, nos termos da Súmula

nº 7 do STJ.

Nesse sentido, merecem destaque:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO COMPLEMENTAR. REFLEXO SOBRE 13º SALÁRIO, GRATIFICAÇÃO SEMESTRAL E CESTA-ALIMENTAÇÃO. PERÍCIA CONTÁBIL. COISA JULGADA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ.

(...)

2. O Tribunal de origem entendeu que os valores correspondentes à gratificação semestral, 13º salário e cesta-alimentação foram incluídos no cálculo da execução, assim apurado em perícia contábil, o que afasta a tese de violação da coisa julgada. Rever tal conclusão demandaria o reexame de matéria fático-probatória, o que atrai o óbice da Súmula nº 7/STJ.

(AgInt no AREsp 876.565/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, DJe 22/3/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1042 DO NCPC) - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - PREVIDÊNCIA PRIVADA - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - IMPUGNAÇÃO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE.

(...)

2. A pretensão de que esta Corte de Justiça verifique se os referidos reflexos do ADI sobre o 13º salário se deram ou não em conformidade com o título executivo judicial, bem como a ocorrência de eventual ofensa à coisa julgada e aos limites da lide principal, esbarram no enunciado da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, porquanto demandariam o reexame do conjunto fático-probatório dos autos. Precedentes.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.182.529/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, DJe 30/5/2018)

Nessas condições, **RECONSIDERO** a decisão agravada de modo a **CONHER** do agravo para **NÃO CONHECER** do recurso especial.

Inaplicável, no caso, a majoração de honorários advocatícios nos termos do art. 85, § 11 do NCPC.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 02 de abril de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO
Relator